



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Exma. Senhora
Dr.^a Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado Adjunto e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício n.º 3078

SUA COMUNICAÇÃO DE
13-08-2018

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 3261/XIII/3.^a, de 13 de agosto de 2018
Descargas a céu aberto de águas residuais em Mira**

Em resposta à Pergunta n.º 3261/XIII/3.^a, de 13 de agosto de 2018, apresentada pela Senhora Deputada Elza Pais e pelos Senhores Deputados Pedro Coimbra e João Gouveia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética de transmitir o seguinte:

1-Se é do cabal conhecimento do Ministério do Ambiente a dimensão do problema e o seu impacto na saúde pública dos cidadãos bem como os prejuízos causados à economia local?

2-Que medidas estão a ser adotadas para minimizar o problema no curto prazo e que intervenções estruturantes estão previstas para resolver o problema em definitivo?

O Ministério do Ambiente e da Transição Energética tem conhecimento das descargas efetuadas junto à Estação Elevatória (EE) de Cochadas, infraestrutura sob a responsabilidade da empresa Águas do Centro Litoral, S.A. (AdCL).

Nos territórios dos municípios de Mira e Cantanhede, é patente a existência de infiltrações de volumes apreciáveis na rede em baixa.

Ambos os municípios têm vindo a realizar alguns investimentos, quer na extensão de redes, quer no sentido de minimizar as afluições indevidas, processo moroso e com cronologia não compatível com a necessidade urgente de resolver os problemas que esses excessos de caudal têm provocado.

Esta situação assume maiores proporções no caso do presente território, porque genericamente é arenoso e, portanto, muito permeável, sendo os níveis freáticos muito elevados em quase todo o ano, situação que se agrava obviamente no tempo das chuvas.

Não sendo equacionável aguardar que os municípios efetuem, em tempo útil, todas as intervenções necessárias na sua rede em baixa, por forma a minimizar a afluência de águas pluviais, a AdCL tem estado a intervir.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. e o Grupo Águas de Portugal têm acompanhado a implementação de medidas por parte da AdCL, com vista a minimizar os problemas associados às referidas descargas. Das ações já concluídas, resultou um aumento da capacidade de bombagem do sistema elevatório em cerca de 20% (limite máximo possível) e a deslocalização da descarga de emergência da referida EE.

Além das medidas referidas, encontra-se em fase de projeto a construção da uma nova ETAR em Cantanhede, bem como a remodelação do sistema de emissários de Cantanhede, de molde a minimizar futuras eventuais descargas, sendo de prever que até ao início do último trimestre de 2019, seja possível divulgar as características, prazos e custos de investimento a executar pela AdCL.

Para a adequada resolução conta-se ainda com a articulação entre diversas entidades, incluindo as municipais, que deverão intensificar as intervenções nas redes em baixa, para que as afluências indevidas sejam devidamente controladas, nomeadamente as resultantes do encaminhamento das águas pluviais para redes próprias, libertando capacidade de escoamento para as redes domésticas; deverão ser estas últimas as únicas objeto de encaminhamento para tratamento em ETAR.

Com esta solução é libertada também capacidade de encaminhamento dos efluentes de Mira que continuarão a ter tratamento na ETAR de Ílhavo.

Com os melhores cumprimentos,

PC

A Chefe do Gabinete

João Carlos Silva

Ana Cisa

CG/IS